REPÚBLICA PORTUGUESA

XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Orçamento do Estado 2026

Nota Explicativa

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Índice

Visão Estratégica 3
Objetivos para 2026 e impacto positivo 4
Entidades da Administração Pública abrangidas 11
Custo das Medidas e fontes de financiamento 13
Observações 21

Visão Estratégica

O XXV Governo Constitucional manteve o seu esforço de simplificação e redução do Orçamento do Estado, expurgando-o de normas sem conteúdo orçamental, e que, como tal, não estavam abrangidas pelo princípio da anualidade. O Orçamento do Estado deve ser apenas um instrumento, que permita ao Governo implementar o seu Programa de Governo.

Nesse sentido, o Orçamento do Estado para 2026 dá continuidade à agenda transformadora iniciada em abril de 2024 com a tomada de posse do XXIV Governo e reforçada com o início de funções do XXV Governo, em junho de 2025. Como refere o programa do Governo: «Iniciou-se, há um ano, um novo ciclo político em Portugal. Um ciclo assente na recusa da inércia. Num mandato curto e intenso, iniciou-se a transformação estrutural do Estado e da economia, mudaram-se políticas públicas e práticas governativas, reconstruiu-se a confiança e valorizaram-se as famílias, as empresas, as instituições sociais e o trabalho.»

A Agenda Transformadora do Governo assenta, assim, em dez eixos principais:

I. Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a Justiça Social;
II. Reforma do Estado e guerra à burocracia: descomplicar a vida dos cidadãos e das empresas;
III. Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado;
IV. Imigração regulada e humanista;
V. Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social;
VI. Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção;
VII. Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação;
VIII. Novas infraestruturas que projetam o País;
IX. Água que Une: salvaguardar o futuro;
X. Plano de reforço estratégico de investimento em defesa.

O Orçamento do Estado para 2026 (OE2026) traduz a reafirmação do esforço do Governo na transformação da economia portuguesa, criando condições mais favoráveis para o investimento e a criação de riqueza, com maiores níveis de produtividade e de crescimento económico. Só com crescimento económico e criação de riqueza é possível melhorar os salários, para o que igualmente contribui uma carga fiscal menor, e ter os recursos para melhorar os serviços públicos, reforçar as prestações sociais e aumentar o investimento público.
O OE2026 também continua a ação, desenvolvida desde abril de 2024, de valorização dos serviços públicos, melhorando áreas fundamentais na vida das pessoas, como a saúde, a educação, a segurança, a mobilidade e a justiça. Mantém-se igualmente uma aposta fundamental na redução da burocracia, na simplificação administrativa e na reestruturação orgânica dos Ministérios. E prossegue-se o caminho que tem vindo a ser realizado desde abril de 2024 na valorização de carreiras na Administração Pública.

Tudo isto num contexto de responsabilidade orçamental. Portugal apresentou, em 2024, um superavit de 0,5% do produto interno bruto (PIB), tendo o Governo a estimativa de um superavit de 0,3% do PIB em 2025 e a previsão de um superavit de 0,1% do PIB em 2026. Estes saldos orçamentais, assentes num crescimento económico robusto, permitem reduzir substancialmente a dívida pública (de 93,6% do PIB em 2024 para 87,8% do PIB em 2026). Num contexto em que a economia portuguesa está num ciclo ascendente de crescimento e emprego, é fundamental manter o equilíbrio das contas públicas, o que permitirá continuar uma trajetória de redução sustentada da dívida pública e proteger o País de choques assimétricos externos.

No que respeita, em particular, ao domínio da Política Externa, será assegurada a continuidade da execução do

Programa estratégico iniciado pelo anterior Governo, com o firme propósito de reforçar a posição e a relevância geopolítica de Portugal no cenário internacional.

A estratégia passará, em primeiro lugar, pelo fortalecimento das relações bilaterais do Estado Português, essenciais para a consolidação de uma presença ativa e influente nos principais eixos de atuação externa do País — europeu, lusófono, atlântico e ibero-americano. Tal esforço será desenvolvido em articulação com os princípios do multilateralismo e com uma diplomacia assente no diálogo, na cooperação e na defesa do Direito Internacional.

Paralelamente, será intensificada a ação diplomática no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, com especial enfoque nos laços históricos e culturais partilhados com os países de língua portuguesa. A promoção da lusofonia assumirá, assim, um papel estruturante na política externa portuguesa, visando a afirmação mundial da língua portuguesa e o aprofundamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com particular destaque, em 2026, para a celebração do 30.º aniversário da sua constituição.

De igual modo, será dada particular atenção às comunidades portuguesas no estrangeiro, reconhecendo-se a sua importância estratégica para a projeção da identidade nacional e para a dinamização das relações bilaterais, culturais e económicas.

A política externa portuguesa procurará, deste modo, conjugar continuidade e ambição, assegurando uma atuação coerente e eficaz em face dos desafios e oportunidades do atual contexto internacional.

Objetivos para 2026 e impacto positivo

No âmbito do Orçamento do Estado para 2026, foi adotada uma nova metodologia de orçamentação por Programas Orçamentais, Ações e Objetivos, que pretende tornar o processo orçamental mais transparente.

Esta nova abordagem concretiza-se transversalmente em todos os Ministérios, na sequência de um piloto e de uma aplicação parcial anterior, procurando ligar o Orçamento aos objetivos definidos no Programa do Governo.

O quadro seguinte descreve os Programas, Ações e Objetivos estabelecidos no quadro do MNE:

CÓDIGO	DESCRITIVO	ANO 2026
MBO	**Negócios Estrangeiros**	
OE	**Reforçar a posição e a relevância política e geoestratégica de Portugal no cenário internacional**	**485,4**
P1	**Política Externa e Assuntos Europeus**	**91,5**
OBJ 1.1	Reforçar a projeção e influência de Portugal no contexto europeu e internacional	
AÇÃO 1.1	**Reforço do papel de Portugal no Mundo**	**85,4**
obj 1.1.1	Promover a candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas	
obj 1.1.2	Apoiar os esforços de paz, continuando a assumir o papel ativo no diálogo e na construção de pontes	
AÇÃO 1.2	**Reforço do papel de Portugal na Europa**	**6,1**
obj 1.2.1	Concretizar iniciativas de reforço do papel de Portugal na Europa	
P2	**Cooperação para o desenvolvimento, língua e cultura**	**106,3**
OBJ 2.1	Concretizar reformas e ações no domínio da cooperação para o desenvolvimento e promoção da língua e cultura portuguesas	
AÇÃO 2.1	**Cooperação para o desenvolvimento**	**64,7**
obj 2.1.1	Rever o enquadramento normativo do Instituto Camões	
AÇÃO 2.2	**Promoção da Lusofonia**	**41,6**
obj 2.2.1	Concluir a revisão do regime jurídico do ensino português no estrangeiro	
P3	**Embaixadas, Consulados e Missões**	**58,5**
OBJ 3.1	Reforçar a ação do Estado junto das Comunidades Portuguesas	
AÇÃO 3.1	**Coordenação da rede externa**	**18,5**
AÇÃO 3.2	**Funcionamento da rede externa**	**36**

AÇÃO 3.3	**Investimento na rede externa**	**4**
P4	**Suporte à atividade da MBO**	**229,1**
AÇÃO 4.1	**023 - Apoio à governação**	**187,8**
obj 4.1.1	Rever os abonos do pessoal a desempenhar funções no exterior	
AÇÃO 4.2	**024 - Controlo interno e acompanhamento**	**0,7**
AÇÃO 4.3	**025 - Reserva orçamental**	**29,8**
AÇÃO 4.4	**026 - Projetos transversais**	**10,7**

*Considera valores consolidados

Q1 – PROGRAMAS

Programas

- **Política Externa e Assuntos Europeus (Programa #1) – Orçamento 91,5 milhões de euros**

No âmbito da política externa e dos assuntos europeus, a ação do Governo será orientada para o reforço da projeção e influência de Portugal no contexto europeu e internacional.

As verbas orçamentadas para o Programa 1 – "Política externa e Assuntos Europeus" ascendem a 91,5 milhões de euros e incluem 2 ações:

- **Reforço do Papel de Portugal no Mundo (85,4 milhões de euros)**, que integra o orçamento da Direção-Geral de Política Externa (8 milhões de euros), da Comissão Nacional da Unesco (0,4 milhões de euros), das Visitas de Estado (3 milhões de euros), das Contribuições e Quotizações Internacionais (67 milhões de euros) e do Fundo para as Relações Internacionais (7 milhões de euros).
- **Reforço do Papel de Portugal na Europa (6,1 milhões de euros)**, que integra o orçamento da Direção-Geral de Assuntos Europeus.

P1 - Política externa e assuntos europeus	OE 2026
014 - Reforço do papel de Portugal no Mundo	**85,4**
DGPE	8
CNU	0,4
VEE	3
CQOI	67
FRI	7
015 - Reforço do papel de Portugal na Europa	**6,1**
DGAE	6,1
Total Consolidado	**91,5**

Q2 – PROGRAMA 1

Reforço do papel de Portugal no Mundo (Ação #1.1)

Uma das grandes apostas deste Governo a curto prazo consiste no reforço da candidatura de Portugal para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) no biénio 2027-2028, tendo em vista alcançar a sua eleição

como membro não permanente em junho de 2026 [Objetivo #1.1.1]. Para financiar esta ação foi inscrita uma transferência com origem no Ministério das Finanças no valor de 1,7 milhões de euros.

No quadro dos conflitos que marcam a cena internacional, o Governo apoiará os esforços de paz — designadamente, mas não exclusivamente, os promovidos pela ONU —, continuando a assumir um papel ativo no diálogo e na construção de pontes [Objetivo #1.1.2].

Paralelamente, este Governo continuará a trabalhar no sentido de intensificar as relações bilaterais económicas, comerciais e culturais com a África não lusófona, com os principais mercados asiáticos e com os países do Médio Oriente e da região do Golfo. Sem prejuízo da aposta tradicional e consensual no multilateralismo, mas tendo em vista a revalorização da diplomacia bilateral, o Governo tem como meta reforçar a presença portuguesa em regiões emergentes ou não tradicionais, através da expansão da rede consular (*v.g.,* abertura de embaixada de Portugal no Vietname) e de uma revisão do regime do concurso de acesso à carreira diplomática.

No espaço atlântico, apostar-se-á na preservação da relação com os Estados Unidos da América, como pilar transatlântico fundamental em todas as dimensões, a par do reforço da relação histórica entre Portugal e o Reino Unido e da valorização da relação com o Canadá, México e restante América Latina, na qual o Brasil assume destacada importância.

Reforço do papel de Portugal na Europa (Ação #1.2)

Portugal manterá um contributo ativo nos principais temas da agenda europeia e bilateral, tendo como objetivo central o reforço do seu papel na Europa [Objetivo #1.2.1].

Destacam-se as negociações do próximo quadro financeiro plurianual, no âmbito das quais importará salvaguardar os interesses nacionais e assegurar a resposta aos desafios da União Europeia (UE), incluindo em matéria de defesa e segurança, competitividade e coesão europeias. De igual modo, as negociações e a preparação da UE para o alargamento, com especial destaque para a adesão da Ucrânia, e o apoio político, financeiro e humanitário a este país, incluindo aos esforços de defesa e reconstrução, em plena concertação com os parceiros europeus, continuarão a constituir áreas prioritárias. A diversificação dos parceiros comerciais da União Europeia, com vista a reforçar a sua autonomia estratégica, nomeadamente através da conclusão do Acordo Mercosul e de novos acordos com a Índia e países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), estará no topo das prioridades nacionais. Paralelamente, será também fundamental o fortalecimento das relações com os países do Mediterrâneo.

Ao mesmo tempo, Portugal manterá um contributo ativo na execução das estratégias europeias nas áreas do mercado interno, digital e de segurança económica, na construção tempestiva da União de Poupanças e Investimentos e, bem assim, na política de simplificação administrativa e da regulamentação europeias. A reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo e a regulamentação do regresso, no quadro de uma política europeia de gestão das migrações eficaz e humanista, serão igualmente determinantes. É ainda de relevar a promoção das comemorações dos 40 anos de adesão de Portugal às Comunidades Europeias e a aposta no reforço da presença de portugueses nas instituições europeias. No plano bilateral, merecerá destaque o reforço das nossas relações com diferentes países europeus, incluindo os que não pertencem à UE.

- **Cooperação para o Desenvolvimento, Língua e Cultura (Programa #2) - Orçamento 106,3 milhões de euros**

As verbas orçamentadas para o Programa 2 – "Cooperação para o Desenvolvimento, Língua e Cultura" ascendem a 106,3 milhões de euros, integrando duas ações:

- **Cooperação para o desenvolvimento (64,7 milhões de euros)**, que corresponde à componente do orçamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. destinada à cooperação (55,1 milhões de euros), as despesas de funcionamento do Instituto (9,4 milhões de euros) e investimentos associados à Cooperação (0,2 milhões de euros).

- **Promoção da Lusofonia (41,6 milhões de euros)** que integra a componente do orçamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. destinada à promoção da língua e cultura (40,4 milhões de euros) e os investimentos associados à língua (1 milhão de euros) e o orçamento do fundo da língua (0,1 milhões de euros).

P2 - Cooperação para o desenvolvimento, língua e cultura	OE 2026
016 - Cooperação para o desenvolvimento	**64,7**
Camões	64,5
Camões – Investimento55,1 MILHÕES DE EUROS)	0,2
019 - Promoção da Lusofonia	**41,6**
Camões	40,4
Camões - Investimento	1
Fundo da Língua	0,1
Total Consolidado	**106,3**

Q3 – PROGRAMA 2

O Governo prevê iniciar, em 2026, a concretização de um conjunto de reformas e ações no domínio da cooperação para o desenvolvimento, bem como da promoção da língua e da cultura portuguesas [Objetivo #2.1].

No âmbito da política de cooperação, a par da aplicação da estratégia «Reforma da Cooperação Portuguesa 3.0», o Governo tem como principal objetivo avançar com a modernização do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., através de uma revisão do seu enquadramento normativo [Objetivo #2.1.1].

Em paralelo, o Governo continuará a promover o papel das organizações não governamentais para o desenvolvimento, das autarquias locais e do setor privado na cooperação para o desenvolvimento, bem como a capacitá-las de instrumentos de financiamento, através de um reforço de linhas de crédito bilaterais, da criação de fundos de ação climática, da ação do Banco de Fomento e do reforço da participação nos bancos multilaterais de apoio ao desenvolvimento.

Por fim, será dada continuidade à estratégia nacional de participação na iniciativa Global Gateway e em projetos de cooperação delegada da UE, prevendo-se também um reforço da cooperação no domínio da ciência e do ensino superior, no âmbito de uma estratégia nacional para a diplomacia científica.

Promoção da Lusofonia (Ação #2.2)

No quadro da promoção da língua e cultura portuguesas, será prioritária a conclusão da revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro atualmente em curso e, bem assim, o trabalho contínuo de promoção do reconhecimento internacional da língua portuguesa [Objetivo #2.2.1], através de uma estratégia a concertar junto da CPLP para que o português seja reconhecido como língua oficial da ONU até 2030.

Serão fomentadas parcerias comerciais entre os países lusófonos e alinhados esforços para promover o seu desenvolvimento sustentável, estando igualmente projetada a realização de programas de diplomacia cultural e o estabelecimento de redes de cooperação entre instituições académicas, culturais e empresariais naqueles países. Por fim, o Governo prosseguirá o reforço do papel da CPLP no plano internacional. Além disso, continuará empenhado na promoção do bilinguismo no espaço ibero-americano, enquanto ferramenta adicional de projeção internacional da língua portuguesa, bem como de aproximação daquele espaço à CPLP.

- **Embaixadas Consulados e Missões (Programa #3) – Orçamento 58,5 milhões de euros**

As verbas orçamentadas para o Programa 3 – “Embaixadas, Consulados e Missões” ascendem a 58,5 milhões de euros.

Este programa inclui três ações:

- **Coordenação da Rede Externa (18,5 milhões de euros)**, que integra a o orçamento da DGACCP – Direção-Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.
- **Funcionamento da Rede Externa (36 milhões de euros)**, que inclui o orçamento das Embaixadas, Consulados e Missões.
- **Investimento na rede externa (4 milhões de euros)** que inclui a parte do orçamento de projetos da Secretaria-Geral do MNE dedicada a investimentos na rede externa.

P3 - Embaixadas, Consulados e Missões	OE 2026
020 - Coordenação da rede externa	**18,5**
DGACCP	18,5
021 - Funcionamento da rede externa	**36**
ECM	36
022 - Investimento na rede externa	**4**
SG - Projetos	4
Total Consolidado	**58,5**

Q4 – PROGRAMA 3

Reconhecendo a diáspora como um pilar estratégico da política externa nacional, o Governo manterá o reforço da sua ação junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, incluindo
através de visitas às mesmas [Objetivo #3.1].

Serão desenvolvidas medidas estruturadas em três eixos fundamentais: a coordenação da rede externa; a modernização do seu funcionamento; e o investimento na sua consolidação e expansão. Tais ações visam não só aprofundar a ligação entre o Estado e os portugueses no mundo, como também promover o seu contributo para o desenvolvimento do País, fomentar o investimento na diáspora, dinamizar o ensino do português no estrangeiro e assegurar serviços consulares mais próximos, acessíveis e eficazes.

Coordenação da Rede Externa (Ação # 3.1)

No âmbito da coordenação da rede externa, o Governo continuará a desenvolver a rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante e a fomentar a criação dos Conselhos da Diáspora junto dos municípios, bem como uma maior articulação com os serviços dependentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

De forma a apoiar a divulgação e a simplificação do investimento em Portugal, importará melhorar o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora e o Plano Nacional de Apoio ao Investidor da Diáspora, apostando na mobilização dos investidores e dos agentes económicos da diáspora e do espaço da lusofonia.

Paralelamente, será criado o Programa «Voltar», constituído por um conjunto de medidas de incentivo para todos os portugueses (trabalhadores no ativo, investidores ou reformados) voltarem para Portugal. Ainda neste âmbito, o Governo pretende simplificar e modernizar os procedimentos de apoio consular [Objetivo #3.1.1], adaptando os postos consulares e o modelo de agendamento de atos consulares às necessidades das comunidades portuguesas no mundo e aproveitando as potencialidades do «Consulado Virtual», da chave móvel digital e das permanências consulares.

Finalmente, será dada continuidade ao Programa de formação e de incentivo a novos dirigentes associativos e serão promovidas melhorias nos processos de candidatura a apoios, bem como o desenvolvimento de uma rede de associações solidárias para apoiarem os casos sociais mais delicados.

Funcionamento da rede externa (Ação#3.2)

Neste quadro, serão acauteladas as despesas com o funcionamento de toda a rede externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros (embaixadas, consulados e missões) [Objetivo #3.2.1].

O orçamento foi ajustado para fazer face a despesas com arrendamentos no exterior devido à valorização cambial e à crescente inflação no mercado imobiliário.

O Governo pretende ainda continuar a assegurar o mecanismo de substituição de trabalhadores nos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) através de despacho de autorização de recrutamento externo para situações de vacatura do lugar.

Investimento na rede externa (Ação #3.3)

Tendo em vista a promoção de uma ligação estreita à diáspora portuguesa no mundo, está prevista a realização de investimentos a vários níveis [Objetivo #3.3.1]. Desde logo, além das despesas inerentes à recente instalação do Consulado-Geral em Andorra, está prevista a instalação de uma Embaixada de Portugal em Hanói (chancelaria e residência). Além disso, cumpre fazer menção aos processos de compra e venda de património, em curso, entre os quais se destaca:

- A aquisição do imóvel destinado à instalação da chancelaria da Embaixada de Portugal em Roma;
- A aquisição das instalações da chancelaria e residência da Embaixada de Portugal em Londres;
- A aquisição da residência da Embaixada de Portugal em Luanda;
- A alienação das antigas instalações do Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro; e
- A alienação das antigas instalações do Consulado-Geral de Portugal em Estrasburgo.

Por outro lado, no plano de obras do MNE, está previsto:

- Concluir as obras de construção e apetrechamento das novas instalações da chancelaria e residência do Consulado-Geral de Portugal em Benguela;
- Prosseguir com a reabilitação estrutural das instalações do Consulado-Geral de Portugal em Macau;
- Prosseguir com as obras na Embaixada de Portugal em Washington;
- Prosseguir com a requalificação do edifício da antiga chancelaria da Embaixada de Portugal em Madrid;
- Prosseguir com a reabilitação das instalações da Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe;
- Requalificar a antiga chancelaria da Embaixada de Portugal em Dublin;
- Requalificar as instalações do Consulado-Geral de Portugal em Barcelona;
- Requalificar a residência e chancelaria do Consulado-Geral de Portugal na Beira;
- Reabilitar os edifícios da Embaixada de Portugal em Bissau; e
- Aplicar medidas de segurança e apetrechamento geral das residências do Estado no exterior. Paralelamente, pretende-se conservar e substituir os equipamentos na rede externa, incluindo equipamentos de leitura dos dados biométricos, e acautelar pequenas melhorias e reparações não planeadas em diversos postos consulares.

- **Suporte à atividade do MBO (Programa #4) – Orçamento 229,1 milhões de euros**

As verbas orçamentadas para o Programa 4 – "Suporte à Atividade do MBO" ascendem a 229,1 milhões de euros e compreendem quatro ações:

- **Apoio à Governação (187,8 milhões de euros)**, que integra o orçamento dos Gabinetes dos Membros do Governo (4,5 milhões de euros), da Secretaria-Geral (181,5 milhões de euros) e da Direção-Geral de Direito Europeu e Internacional (1,8 milhões de euros).
- **Controlo Interno e Acompanhamento (0,7 milhões de euros)**, que corresponde ao orçamento da Inspeção-Geral, Diplomática e Consular.
- **Reserva orçamental (29,8 milhões de euros)**, que inclui as reservas cuja movimentação está a cargo do Ministro da Sectorial (19,9 milhões de euros) e a reserva cuja movimentação está a cargo do Ministro de Estado e das Finanças (9,9 milhões de euros).
- **Projetos Transversais (10,7 milhões de euros)**, que corresponde aos orçamentos de projetos de investimento

transversal a cargo da Secretaria-Geral do MNE.

P4 - Suporte à atividade da MBO	OE 2026
023 - Apoio à governação	**187,8**
GMENE	1,7
GSEAE	0,9
GSECP	1
GSENEC	0,9
Secretaria-Geral	181,5
DGDEI	1,8
024 - Controlo interno e acompanhamento	**0,7**
IGDC	0,7
025 - Reserva orçamental	**29,8**
Secretaria-Geral	0,6
DGACCP	0,2
ECM	0,06
Reserva	25,2
Camões	0,04
Fundo da Língua	0,01
FRI	3,7
026 - Projetos transversais	**10,7**
SG - Projetos	10,7
Total Consolidado	**229,1**

Q5 – PROGRAMA 4 - Variação valores OE 26/OE 25

Entidades da Administração Pública abrangidas

Para a concretização das medidas e objetivos constantes do ponto anterior, o Programa de Representação Externa integra as seguintes entidades e serviços:

Gabinetes dos Membros do Governo - Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Serviços Internos – Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção-Geral de Política Externa, Inspeção-Geral Diplomática e Consular, Direção-Geral dos Assuntos Europeus, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Direção Geral de Direito Europeu e Internacional.

Serviços Externos - As embaixadas, as missões e representações permanentes e as missões temporárias e os postos consulares.

Serviços e Fundos Autónomos - O Fundo para as Relações Internacionais, I. P. e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Custo das Medidas e fontes de financiamento

Meios ao dispor da Representação externa de Portugal

Para concretizar os objetivos e medidas para 2026, o Programa de Representação Externa tem ao dispor um orçamento cuja despesa total consolidada ascende a 485,4 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 10,7% face à estimativa de despesa prevista para o ano de 2025, no valor de 438,5 milhões de euros.

Classificador Económico	2025	2026	Variação (%)	Estrutura 2026 (%)
	Estimativa	Orçamento		
DESPESA				
Despesa corrente	**425,4**	**476,3**	**12,0**	**98,1**
Despesas com o pessoal	214,2	234,3	9,4	48,3
Aquisição de bens e serviços	66,5	60,4	-9,3	12,4
Juros e outros encargos	0,1		-98,3	
Transferências correntes	117,8	128,8	9,3	26,5
Subsídios				
Outras despesas correntes	26,7	52,8	97,3	10,9
Despesa de capital	**13,1**	**9,1**	**-30,2**	**1,9**
Investimento	11,5	7,4	-35,1	1,5
Transferências de capital		0,1	139,1	
Outras despesas de capital	1,6	1,6	2,2	0,3
Diferenças de consolidação				
Despesa efetiva consolidada	**438,5**	**485,4**	**10,7**	
Ativos Financeiros				
Passivos Financeiros				
Diferenças de consolidação de ativos e passivos				
Despesa total consolidada	**438,5**	**485,4**	**10,7**	
Receita total consolidada	**630,1**	**485,4**	**-23,0**	
Saldo Orçamental	**191,6**			
por memória:				
Despesas por Fonte de Financiamento consolidada	**Orçamento 2026**			
Receitas de Impostos	398,8			
Receitas Próprias	23,2			
Fundos Europeus	23,5			
Transferências entre entidades	40,0			
Diferenças de consolidação				

Nota: O presente quadro exclui, nas rubricas de juros, transferências, subsídios, ativos e passivos provenientes e destinados a entidades do Programa Orçamental.

Fonte: Ministério das Finanças.

Q6 – REPRESENTAÇÃO EXTERNA (PO 03) – Conta do Programa Orçamental

Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

- **Despesas com pessoal**

Foi orçamentado para 2026 o valor de 234,3 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 20,1 milhões de euros (9,4%) face à estimativa de execução de 2025 (no valor de 214,2 milhões de euros). Este agrupamento representa, como habitualmente, o maior peso relativo, no total da despesa consolidada do MNE (48,3%).

A dotação inscrita neste agrupamento da despesa destina-se a financiar:

- O número de efetivos constantes do mapa de pessoal (incluindo as vagas por preencher) e dotações para fazer face a atualizações salariais decorrentes de normativo legal, atualização do subsídio de almoço, mecanismo de correção cambial;

E inclui:

- Impacto da criação da Direção-Geral de Direito Europeu e Internacional (acréscimo de 0,65 milhões de euros, apresentando uma dotação final em despesa com pessoal de 1,5 milhões de euros);
- Reposicionamento remuneratório decorrente da alteração ao Estatuto da Carreira diplomática, que prevê uma execução gradual da tabela remuneratória aprovada (acréscimo de 6,3 milhões de euros face ao valor inscrito em 2025);
- Colocação de cônjuge ou unido de facto no serviço periférico externo para desempenho de funções, ao abrigo do 89.º do Estatuto da Carreira Diplomática (acréscimo de 1 milhão de euros face a 2025);
- Prémios de desempenho e alterações por opção gestionária (encargo estimado em 315.116 euros);
- Revisão da tabela remuneratória dos trabalhadores no Brasil (Portaria n.º 221/1/2025, de 15 de maio) (2,4 milhões de euros).

Cumpre referir que se encontra em curso a revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro, com impacto estimado de cerca de 5 milhões de euros, bem como a revisão dos abonos do pessoal a desempenhar funções no estrangeiro, com um impacto estimado de 6 milhões de euros. A verba para estes fins será disponibilizada pelo Ministério das Finanças no decorrer da execução orçamental.

- **Aquisição de bens e serviços**

Foi orçamentado para 2026 o valor de 60,4 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 6,1 milhões de euros (9,3%) face à estimativa de despesa de 2025 (66,5 milhões de euros). Corresponde a 12,4% do total de despesa consolidada;

Esta redução, face ao ano anterior, é explicada por:

- Diminuição das despesas financiadas pelo PRR;
- Nova metodologia orçamental: transferência de 9,7 milhões de euros do agrupamento de "Aquisição de bens e serviços" para a reserva orçamental cuja movimentação ficará a cargo do Ministro da Sectorial (rubrica D.06.02.03.R2.00 – Reserva Setorial).

É de salientar o reforço de 1,5 milhões de euros para fazer face às atualizações no mercado de arrendamento e, bem assim, o reforço destinado a compensar a revogação da propina do ensino português no estrangeiro, no valor de 1,4 milhões de euros.

- **Transferências correntes**

Foi orçamentado para 2026 o valor de 128,8 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 11 milhões de euros (acréscimo de 9,3%) face à estimativa de despesa de 2025.

Este agrupamento compreende, além dos subsídios ao associativismo das comunidades portuguesas, a componente de Transferências do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. para entidades terceiras – designadamente para as Organizações Não-Governamentais, para o Desenvolvimento e para as universidades estrangeiras com protolocos de docência em língua e cultura portuguesas, cooperação e promoção externa da cultura portuguesa –, com um aumento de 10,6 milhões de euros (23%).

São ainda consideradas neste agrupamento as transferências para organizações internacionais, no valor de 67 milhões de euros, representando o esforço de Portugal para a construção europeia (incluindo paz e segurança) e para o multilateralismo (ONU, NATO, CPLP, entre outras), assim como as bolsas do Colégio da Europa e Instituto Universitário Europeu, bem como o pagamento dos estágios PEPAC, em 2,3 milhões de euros.

- **Outras despesas correntes**

Foi orçamentado para o ano de 2026 o valor de 52,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 26,1 milhões de euros face à estimativa de despesa de 2025.

Este agrupamento compreende, as reservas orçamentais cuja movimentação se encontra a cargo do Ministro das Finanças, em 9,9 milhões de euros, e do Ministro da Sectorial, em 19,9 milhões de euros.

Engloba ainda o conjunto de despesas com o regular funcionamento dos serviços periféricos externos, cuja despesa orçamentada em 2026 é de 16,4 milhões de euros, bem como uma dotação de 3 milhões de euros destinada a financiar as despesas com Visitas de Estado e Equiparadas.

- **Despesas de Capital**

Foi orçamentado para o ano de 2026 um valor total de 9,1 milhões de euros, representando uma diminuição de 30,2% face à estimativa de execução de 2025 (13,1 milhões de euros), o que é explicado, essencialmente, pela diminuição dos investimentos PRR (menos 73% face à estimativa de 2025).

- **Receita Consolidada**

Em termos de receita consolidada, a execução estimada de 2025 ascende à importância de 630,1 milhões de euros, que inclui, além dos valores inscritos em sede de orçamento inicial, a transição de saldos (Fundo para as Relações Internacionais, fundos europeus e outros) e reforços extraordinários concedidos pelo Ministério das Finanças no decurso da execução orçamental (*v.g.,* dotações para a aquisição da Embaixada em Berlim, em 0,75 milhões de euros, e para a candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1,7 milhões de euros).

Este valor não é comparável com o valor inscrito inicialmente para 2026 (485,4 milhões de euros), uma vez que, à semelhança do ocorrido em anos anteriores, o orçamento inicial de 2026 será alavancado no decurso da

execução, também através da transição de saldos (FRI, fundos europeus e outros, em valor ainda a determinar) e de reforços adicionais concedidos pelo Ministério das Finanças.

Fontes de financiamento

O quadro abaixo reflete a estrutura de financiamento de atividades e projetos do MNE, comparando os orçamentos iniciais de 2025 e de 2026.

Distribuição do orçamento por fonte de financiamento

	2025	2026	Variação	
	Orçamento	Orçamento	%	MEUR
MEUR				
Despesa por Fonte de Financiamento consolidada	**472,9**	**485,4**	**3%**	**12,5**
Receitas de Impostos	374,3	398,8	7%	24,5
Receitas Próprias	23,8	23,2	-3%	-0,6
Transferências entre entidades	37,6	40,0	6%	2,4
Fundos Europeus	37,1	23,5	-37%	-13,7
Diferenças de consolidação	**0,0**	**0,0**	**0,0**	

Q7 – Representação Externa (PO 03) – Distribuição do orçamento por fonte de financiamento

Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

- Em 2026, as Receitas de Impostos totalizam o valor de 398,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 7% (24,5 milhões de euros) face ao ano anterior (374,3 milhões de euros), assegurando a parcela mais substancial da receita.
- As Receitas Próprias inscritas em 2026 ascendem a 23,2 milhões de euros, diminuindo ligeiramente face ao orçamento inicial de 2025 devido à redução da dotação prevista para o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. decorrente da eliminação da receita proveniente da propina do ensino português no estrangeiro (revogada).
- O valor das Transferências entre Entidades aumenta 6% (2,4 milhões de euros), passando de 37,6 milhões de euros em 2025 para 40 milhões de euros em 2026. Tal aumento deve-se, essencialmente, à contabilização, no orçamento inicial para 2026, da transferência para assegurar as despesas com a candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- A diminuição de Fundos Europeus em 37% deve-se principalmente à variação dos investimentos na Gestão Administrativa e Financeira do MNE (GAFMNE) associados ao PRR.

Plano de Recuperação e Resiliência – Transição Digital do MNE

Comparação do PRR 2025/2026

MEUR	2025 TOTAL Orçamento	2026 Orçamento	Variação %
Despesa por Orgânica consolidada	**24 324 269**	**6 952 829**	**-71%**
SG - Projetos	**22 731 935**	**5 754 009**	**-75%**
11476 - MNE verde – Edifícios Sustentáveis	813 008	350 000	-57%
11862 - PCs e Quiosques	930 000	25 481	-97%
12230 - Cablagens e redes	6 030 635	2 213 233	-63%
12263 - Comunicações	1 727 457	4 153	-100%
12264 - Business Continuity Disaster Recovery	728 780	327 834	-55%
12265 - Data Center	4 899 992	2 027 497	-59%
12266 - eSGC	962 192	64 969	-93%
12268 - eVisa	69 834	0	-100%
12269 - APP Registo Viajante	20 000	12 270	-39%
12270 - eCAC	3 001 894	0	-100%
12272 - Segurança	1 439 411	638 625	-56%
12273 - Rede da Cifra e comunicações móveis seguras	1 355 875	0	-100%
12274 - ERP	250 723	38 934	-84%
12275 - Bibliotecas	13 400	0	-100%
12276 - Gestão Documental	122 000	0	-100%
12277 - RGPD	75 000	23 494	-69%
12278 - GRC e ISO27k	72 333	0	-100%
12279 - Serviços de Formação Técnica	219 401	27 519	-87%
Camões - Investimento	**1 592 334**	**1 198 820**	**-25%**
11838 - Rede de Biblioteca Camões, I.P.	63 403	62 745	-1%
11864 - Sistema de Gestão Documental Integrado	0	83 063	100%
11867 - Digitalização do Acervo Documental do Instituto Camões (1929-2012)	0	55 433	100%
11872 - Digitalização EPE	831 051	787 987	-5%
11876 - Digitalização Integrada de Inventário	153 830	25 092	-84%
11897 - Mapa digital da Língua Portuguesa	80 000	0	-100%
11909 - Sistema Integrado de Informação para Gestão de Projetos de Cooperação	464 050	184 500	-60%
Diferenças de consolidação	**0**	**0**	**0%**

Q8 – Representação Externa (PO 03) – Comparação do PRR 2025/2026

Evolução da Execução do PRR 2022/2025

MEUR	2022	2023	2024	2025			2022 - 2025	2026
PRR	CGE	CGE	CGE	OI	OCD	Exec. 3º trim	Execução Acumulada	Proposta Orçamento
SG - Projetos	**2 156 122**	**12 254 532**	**8 157 328**	**22 731 935**	**33 708 106**	**12 118 925**	**34 686 907**	**5 754 009**
11476 - MNE verde – Edifícios Sustentáveis	0	0	0	813 008	813 008	0	0	350 000
11862 - PCs e Quiosques	662 417	4 057 437	168 920	930 000	1 747 371	1 406 900	6 295 674	25 481
12230 - Cablagens e redes	57 440	304 671	0	6 030 635	5 307 191	3 222 601	3 584 712	2 213 233
12263 - Comunicações	5 529	0	0	1 727 457	167 624	141 007	146 536	4 153
12264 - Business Continuity Disaster Recovery	0	271 792	535 299	728 780	922 720	253 478	1 060 568	327 834
12265 - Data Center	154 443	1 510 665	742 976	4 899 992	15 115 317	1 705 965	4 114 049	2 027 497
12266 - eSGC	429 077	606 455	387 409	962 192	490 180	321 307	1 744 249	64 969
12267 - eConsul	18 844	0	0	0	0	0	18 844	0
12268 - eVisa	0	60 919	52 038	69 834	290 422	20 035	132 993	0
12269 - APP Registo Viajante	0	12 177	12 177	20 000	12 270	6 135	30 489	12 270
12270 - eCAC	0	2 450 264	2 996 277	3 001 894	2 421 739	2 384 530	7 831 071	0
12272 - Segurança	788 065	2 275 096	2 406 598	1 439 411	5 131 481	2 323 513	7 793 273	638 625
12273 - Rede da Cifra e comunicações móveis seguras	0	0	162 300	1 355 875	234 116	7 085	169 384	0
12274 - ERP	0	0	66 640	250 723	315 639	174 305	240 945	38 934
12275 - Bibliotecas	28 700	87 404	62 951	13 400	45 181	16 482	195 537	0
12276 - Gestão Documental	0	146 515	196 411	122 000	114 393	35 343	378 268	0
12277 - RGPD	0	116 796	96 766	75 000	94 049	62 436	275 998	23 494
12278 - GRC e ISO27k	0	17 835	30 750	72 333	338 865	0	48 585	0
12279 - Serviços de Formação Técnica	6 195	12 787	186 777	219 401	146 540	37 804	243 564	27 519
12842 - CIEJD – Renovação Sistema de Informação	0	5 171	0	0	0	0	5 171	0
13002 - Integração de Cartão de Cidadão no Portal Eurocid	5 412	1 835	0	0	0	0	7 247	0
14018 - Estágio APP XXI - Programa de Estágios na Administração Direta e Indireta do Estado	0	316 712	53 039	0	0	0	369 751	0
Camões - Investimento	**195 282**	**17 397 360**	**937 367**	**1 592 334**	**2 004 535**	**213 974**	**18 743 983**	**1 198 820**
11838 - Rede de Biblioteca Camões, I.P.	67 451	61 964	78 015	63 403	61 959	31 553	238 983	62 745
11864 - Sistema de Gestão Documental Integrado	94 513	61 746	0	0	0	0	156 259	83 063
11867 - Digitalização do Acervo Documental do Instituto Camões (1929-2012)	0	0	41 573	0	97 006	0	41 573	55 433
11872 - Digitalização EPE	19 173	17 214 704	705 702	831 051	831 051	64 056	18 003 634	787 987
11876 - Digitalização Integrada de Inventário	14 145	56 580	66 113	153 830	153 830	0	136 838	25 092
11897 - Mapa digital da Língua Portuguesa	0	0	0	80 000	80 000	80 000	80 000	0
11909 - Sistema Integrado de Informação para Gestão de Projetos de Cooperação	0	2 367	45 965	464 050	780 689	38 365	86 697	184 500
AICEP - Investimento	**608 628**	**1 109 269**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 717 897**	**0**
12078 - Ferramentas Digitais de Apoio ao Comércio Externo	497 574	913 812	0	0	0	0	1 411 386	0
12608 - Internacionalização via e-commerce	111 054	108 608	0	0	0	0	219 662	0
14167 - Programa de estágios AP XXI	0	86 849	0	0	0	0	86 849	0
Total Geral	**2 960 033**	**30 761 161**	**9 094 696**	**24 324 269**	**35 712 641**	**12 332 898**	**55 148 787**	**6 952 829**

Q8B – Representação Externa (PO 03) – Evolução da Execução do PRR 2022/2025

- Os projetos contratualizados pelo MNE inserem-se na componente "Transição Digital", na subcomponente *C19.i01.02 – Reformulação de Atendimento dos Serviços Públicos e Consulares*, totalizando cerca de 74 milhões de euros, a serem executados ao longo do período 2021-2026. Este valor inclui a AICEP, que esteve integrada no Programa 03 (Representação Externa) nos primeiros anos de execução (2022 e 2023). Excluindo a AICEP, o valor total contratualizado é de cerca de 70 milhões de euros;
- Para 2026 foi inscrito, no Programa de Representação Externa, dotação destinada a projetos PRR no valor de 6,95 milhões de euros, o qual é significativamente inferior ao inscrito em sede de orçamento inicial para 2025, considerando que 2026 é o último ano de execução do PRR;
- Os investimentos contemplam um conjunto de projetos que visam melhorar a eficácia do funcionamento dos Postos Diplomáticos e Consulares, designadamente o novo *Datacenter*, assim como o reforço da Cibersegurança e a introdução de novos modelos de equipamentos (*v.g.,* postos de trabalho com sistema de ancoragem e autenticação forte);

- As prioridades do MNE para o ano de 2026 prendem-se, essencialmente, com (i) a aquisição de equipamento informático e derivados (infraestrutura tecnológica) para o novo *Datacenter* do MNE (2 milhões de euros), (ii) o desenvolvimento da 2.ª Fase do Consulado Virtual, que engloba a disponibilização do Terminal de Pagamentos Automáticos para Atos Consulares disponíveis na Web (0,6 milhões de euros) e (iii) a conclusão dos restantes projetos já contratados;
- Quanto aos projetos do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., importa destacar a aposta em sistemas de informação robustos e integrados no quadro da gestão de projetos de cooperação, na gestão de inventário e gestão documental, na digitalização do ensino português no estrangeiro (através do acesso a equipamento para utilização em contextos digitais), na disponibilização de conteúdos por via digital nas várias áreas de intervenção do Instituto, e na criação de rede integrada de bibliotecas Camões;
- Para 2026, a prioridade do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. centra-se na conclusão do projeto denominado "Digitalização EPE", que diz respeito à criação de salas de aula digitais e ao licenciamento da respetiva plataforma de ensino;

Comparação por Medidas

O quadro seguinte compara os orçamentos iniciais de 2025 e 2026 por medidas.

Quadro Comparativo das Medidas

MEUR

Programas e Medidas	2025 Orçamento	2026 Orçamento	Estrutura 2026 (%)	Variação %
Efetiva Não Consolidada	**584,9**	**600,6**		
002 - Serv. Gerais AP - Negócios Estrangeiros	455,7	483,7	80,5%	6,1%
003 - Serv. Gerais AP - Cooperação Económica Externa	103,9	110,0	18,3%	5,9%
065 - Outras Funções Económicas - Div. Não Especificadas	0,0	0,0	0,0%	0,0%
102 - Plano de Recuperação e Resiliência	24,3	6,9	1,1%	-71,6%
103 - Impacto do Choque Geopolítico	1,0	0,0	0,0%	-100,0%
Despesa Total Não consolidada	**584,9**	**600,6**		
Diferença de Consolidação	0,0	0,0		
Despesa Total Consolidada	**472,9**	**485,4**		
Ativos Financeiros	**0,0**	**0,0**		
Despesa Efetiva Consolidada	**472,9**	**485,4**		

Q9 – Representação Externa (PO 03) – Quadro Comparativo das Medidas

Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

- Aumento de 6,1% (28 milhões de euros) na medida "Serviços-Gerais da Administração Pública – Negócios Estrangeiros", em resultado do aumento da dotação destinada à GAFMNE, com destaque para a Direção-Geral de Política Externa, a Secretaria-Geral, o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e a reserva orçamental cuja movimentação ficará a cargo do Ministro da Sectorial (rubrica D.06.02.03.R2.00 – Reserva Setorial);
- Aumento de 18,3% da dotação global afeta à Cooperação Económica Externa, em resultado do aumento de verbas nacionais para a cooperação externa, em linha do já verificado em 2025. Destaca-se aqui o

orçamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., com um incremento, nesta medida, de 4,7 milhões de euros;

- Diminuição de 17,3 milhões de euros na despesa inscrita no PRR, que é destinada à reformulação e modernização do atendimento dos serviços públicos e consulares, no âmbito da transformação digital.

Comparação da despesa por unidade orgânica

Despesa Consolidada do MNE por unidades orgânicas

	2025 Orçamento	2026 Orçamento	Variação (%)	Estrutura 2026 (%)
MNE	367,2	378,2	3,0%	63,0%
Camões	101,6	106,2	4,5%	17,7%
Subtotal Funcionamento e Investimento	**468,8**	**484,4**	**3,3%**	**80,7%**
Organizações Internacionais	68,0	67,0	-1,5%	11,2%
Fundo para as Relações Internacionais	48,0	49,0	2,1%	8,2%
Fundo da Língua	0,2	0,2	0,0%	0,0%
Total	**585,0**	**600,6**	**2,7%**	**100,0%**
Consolidação entre e intra-setores	**112,1**	**115,2**		
Despesa Total Consolidada	**472,9**	**485,4**	**2,7%**	

Q10 – Representação Externa (PO 03) – Quadro Comparativo das Orgânicas

Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

- Aumento de 3% na dotação dos serviços do MNE, onde estão inseridas as orgânicas "Ação Governativa" e GAFMNE;
- Diminuição de 1,5% (1 milhão de euros) na dotação global "Contribuições e Quotizações para as Organizações Internacionais". Atendendo à dotação disponível em 2025, estão previstos pagamentos de quotas respeitantes a 2026, o que possibilitou a redução do valor orçamentado para este efeito;
- Aumento de 4,5% (4,6 milhões de euros) na dotação global afeta ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., com impacto no orçamento destinado à Cooperação e nas dotações afetas à Língua e Cultura, que aumentam, respetivamente, cerca de 9% e 3%. Por sua vez, as dotações afetas ao PRR diminuem, considerando que 2026 será o último ano de execução destes projetos. Também as dotações afetas ao Funcionamento reduzem em 9%, devido à transferência de dotação para a reserva orçamental, cuja movimentação ficará a cargo do Ministro da Sectorial.

	PROPOSTA 2026	ORÇAMENTO INICIAL 2025	Variação EUR	%
Cooperação	55 140 044,00	50 366 155,00	4 773 889,00	9,5%
Funcionamento	9 403 010,00	10 340 998,00	-937 988,00	-9,1%
Língua e Cultura	40 424 192,00	39 300 399,00	1 123 793,00	2,9%
Reserva Orçamental	14 448,00	37 950,00	-23 502,00	-61,9%
Reserva Sectorial	28 896,00	0,00	28 896,00	
PRR	1 198 820,00	1 592 334,00	-393 514,00	-24,7%
	106 209 410,00	101 637 836,00	4 571 574,00	4,5%

Q11 – Quadro Comparativo do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Evolução anual da despesa de funcionamento

O gráfico seguinte apresenta a evolução da despesa de funcionamento do MNE.

Evolução das despesas de funcionamento do MNE

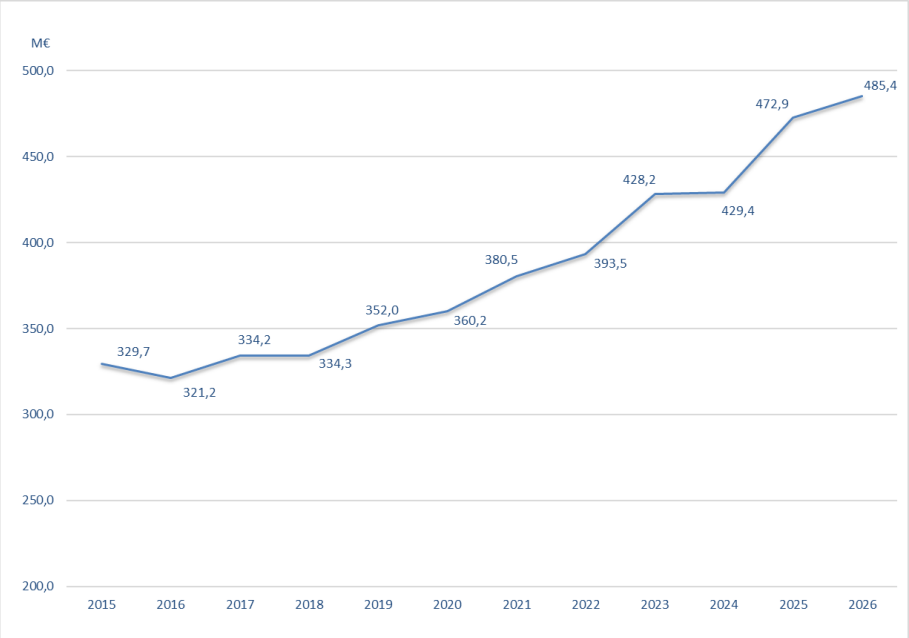

Gráfico 1 – Representação Externa (PO 03) – Evolução das despesas de funcionamento do MNE

Os valores apresentados (i) para 2025, correspondem à previsão da DGO sobre a execução da despesa, e (ii) para 2026, correspondem ao orçamento inicial.

Observações

Os meios humanos ao dispor da Representação Externa de Portugal

Os recursos humanos são uma variável-chave da diplomacia e da política externa, o que justifica a inclusão, nestas Notas Explicativas, de informação complementar ao orçamento neste domínio.

Prevê-se que, em 31 de dezembro de 2025, estejam em funções 3.390 efetivos. Por sua vez, o mapa de pessoal para 2026 estima um total de 3.672 lugares. O quadro abaixo demonstra a respetiva distribuição.

		2025 (31-dez)	2026 mapa de pessoal (31-dez)
1	Diplomatas	520	546
2	Pessoal Especializado	70	84
3	Pessoal Técnico	608	672
4	Assistente Técnico	222	256
5	Assistente Operacional	32	36
6	Pessoal Local (Serviços Externos)	1 440	1 563
7	Rede EPE (Leitores e professores)	403	403
8	**Subtotal Efetivos MNE**	**3 295**	**3 560**
9	Agentes Cooperação	95	112
10	**Total**	**3 390**	**3 672**

Q12 – Representação Externa (PO 03) – Distribuição de efetivos do mapa de pessoal do MNE em 2025

Tipologia e geografia da rede externa do MNE

A representação externa do Estado conta com a rede diplomática e consular constituída por Embaixadas, Consulados Gerais, Consulados e Vice-consulados, Missões e Representações Permanentes. O número de postos diplomáticos e consulares em 2025 é de 143, dos quais 55% constituem a rede de Embaixadas, 34% a rede consular e 6% são Missões e Representações junto de organizações internacionais. Os restantes 5% dizem respeito a postos com o estatuto de Escritórios Consulares.

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Embaixadas	76	77	77	77	77	78
Consulados-Gerais	38	38	38	38	38	40
Consulados	2	2	2	2	2	2
Vice-Consulados	8	8	8	8	8	7
Missões e Representações	8	8	8	8	9	9
Total dos Serviços Externos	**132**	**133**	**133**	**133**	**134**	**136**
Escritórios Consulares	6	6	6	6	6	6
Escritórios de Representação	0	0	1	1	1	1
Total dos Serviços Externos c/ Escritórios Consulares	**138**	**139**	**140**	**140**	**141**	**143**

Q13– Representação Externa (PO 03) – Distribuição geográfica da rede diplomática e consular em 2025
(dados reportados a outubro de 2025)

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total	
Embaixadas	30	10	15	2	10	11	78	55%
Consulados gerais	17	0	6	7	5	5	40	28%
Consulados	0	0	0	1	1	0	2	1%
Vice Consulados	1	0	0	1	5	0	7	5%
Missões e Representações Permanentes	8	0	0	1	0	0	9	6%
Total	**56**	**10**	**21**	**12**	**21**	**16**	**136**	
	41%	7,4%	15,4%	8,8%	15,4%	11,8%		
Escritórios Consulares	4	0	1	0	1	0	6	4%
Escritório de Representação	0	0	0	0	0	1	1	1%
Total	**60**	**10**	**22**	**12**	**22**	**16**	**143**	
	42%	7,0%	15,4%	8,4%	15,4%	11,2%		

Q14 – Representação Externa (PO 03) – Distribuição geográfica da rede diplomática e consular em 2025

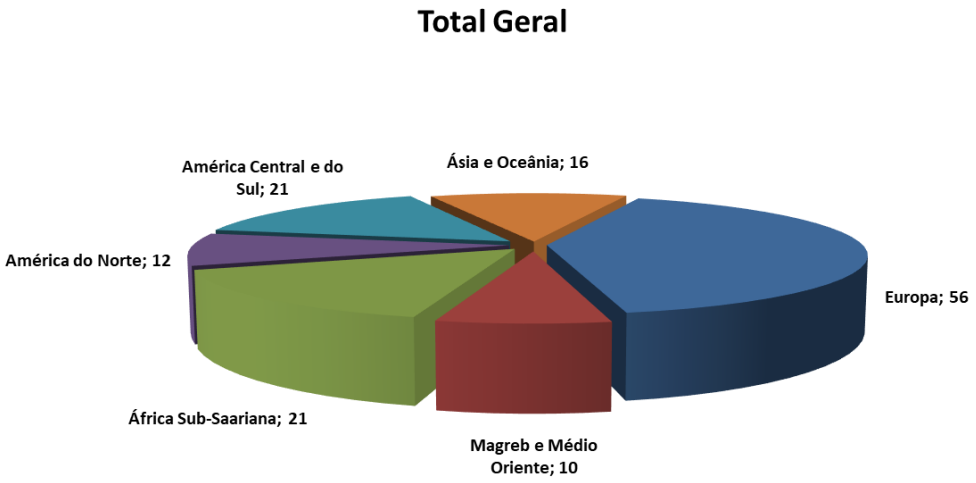

Gráfico 3 – Representação Externa (PO 03) - Distribuição Geográfica da rede diplomática e consular em 2025

Orçamento do Estado